

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS

Tribunal de Contas deteta irregularidades no hospital da Terceira



HOSPITAL Tribunal de Contas recomenda publicitação de ajustes diretos na internet e fiscalização de contratos renovados

O hospital justificou com interpretações diferentes do contrato, mas o Tribunal de Contas detetou algumas falhas e recomendou correção.

O Tribunal de Contas detetou irregularidades em contratos de fornecimento de passagens aéreas ao Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo, em 2012 e 2013, tendo recomendado à unidade de saúde que publicite na internet os contratos com valor acima dos 15 mil euros e que submeta a fiscalização prévia a renovação de contratos.

As recomendações resultam de uma auditoria da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas à execução de um contrato de fornecimento de passagens aéreas ao Hospital de Santo Espírito com a Turangra, celebrado em maio de 2012 e já visado

pelo TC em julho de 2012.

Segundo o relatório, o contrato foi feito por um período de 12 meses, prevendo-se a renovação do contrato por períodos de um ano, até ao limite de três anos.

No entanto, o hospital renovou o contrato e não o voltou a submeter à fiscalização prévia do Tribunal de Contas.

No entender do hospital, o visto dado ao contrato seria necessário para validar também a prorrogação, tendo em conta que ela estava prevista no contrato. A unidade de saúde admitiu, ainda assim, que a redação do contrato pudesse ser confusa.

O Tribunal de Contas considerou "não haver dolo por parte da responsável", tendo em conta as resposta dadas em contraditório, recomendando, ainda assim, o pedido de fiscalização em futuros contratos.

Ajuste direto por publicitar

A auditoria detetou também faturas da Turangra antes do visto do Tribunal de Contas, mas o hospital explicou que se tratava de um ajuste direto simplificado no período entre a cessação de contratos com os anteriores fornecedores e o início do novo contrato.

Para o Tribunal de Contas, sendo o valor do ajuste direto acima dos 15 mil euros, o hospital não o deveria ter feito em regime simplificado e a celebração do contrato "deveria ter sido publicitada no portal da internet dedicada aos contratos públicos".

Ainda assim, a entidade fiscalizadora reconhece que o hospital conseguiu obter uma poupança com o ajuste direto, tendo em conta que o fornecedor não cobrou taxa de emissão de passagem.

O Tribunal de Contas destacou ainda o facto de terem sido adquiridas passagens aéreas com destino à Terceira, quando o objeto do contrato eram passagens a partir da Terceira.

No entanto, a interpretação do hospital foi de que as passagens com destino à Terceira estariam incluídas no contrato, mas por lapso não teriam sido incluídas no anexo do caderno de encargos.

A auditoria detetou também que não foi cumprido o prazo do pagamento contratualizado (60 dias), o que levou o fornecedor a cobrar juros de mora num valor superior a 20 mil euros, dos quais já foram pagos cerca de seis mil euros.

Região Visualizações: 75 Comentários: 0 24.MAR.2015



PASSAGENS AÉREAS Contrato foi alvo de auditoria do Tribunal de Contas